Hélcio Corrêa

DECIDINDO E ESCREVENDO NO NOVO PROCESSO ELETRÔNICO*

DECIDING ON HOW TO DRAFT THE NEW ONLINE COURT RECORDS

Cândido Alfredo Silva Leal Júnior

RESUMO

Aborda as novas necessidades da escrita jurídica frente ao processo eletrônico.

Apresenta breve introdução à era digital, com as quatro etapas da utilização da palavra na comunicação humana e examina as exigências de escrita na *web*, destacando a necessidade de produzirem-se textos de fácil visualização, boa legibilidade e eficazes ao transmitir sua mensagem.

PALAVRAS-CHAVE

Linguagem jurídica; produção textual; texto judiciário; processo eletrônico; leitura digital.

ABSTRACT

The author mentions the new demands for legal writing concerning online court records.

He presents a brief introduction to the digital era and the four stages of word use in human communication, assessing the requirements for webwriting, by outlining that the texts should have both optimal visualization and readability, and be efficient at conveying meaning.

KEYWORDS

Legal language; text production; legal text; online court records; digital reading.

* Trabalho apresentado à Emagis-TRF4, em 2009.

1 INTRODUÇÃO

A informatização da justiça e a implantação do processo eletrônico são passos definitivos para a substituição do processo-papel pelo processo-digital. A Lei n. 11.419 de 2006 abriu caminho para adoção do processo eletrônico. A meta 10 do CNJ de 2009 previu a implantação do processo eletrônico em parcela das unidades judiciárias dos tribunais. E, a partir do início de 2010, todos os novos processos da Justiça Federal tramitarão exclusivamente no meio eletrônico.

Em termos de Justiça Federal, as mudanças serão revolucionárias. A extinção do papel terá repercussões não apenas na tramitação dos processos, mas também na forma como serão praticados os atos processuais e produzidos os textos de petições e decisões.

Em termos de Justiça Federal, as mudanças serão revolucionárias. A extinção do papel terá repercussões não apenas na tramitação dos processos, mas também na forma como serão praticados os atos processuais e produzidos os textos de petições e decisões.

Se não mudarmos nossos hábitos de escrita e leitura, pagaremos um preço. Provavelmente sobreviveremos, mas a manutenção das velhas formas de escrita jurídica terá custos seja porque não aproveitaremos as novas facilidades da tecnologia, seja porque adoeceremos. Como a mudança na forma de trabalhar terá sido abrupta e os atos praticados diante do computador são repetitivos, nosso organismo provavelmente não se adaptará a tempo aos novos movimentos e ao novo ambiente e estaremos mais suscetíveis às doenças profissionais decorrentes dos movimentos repetitivos e da exposição à tela do computador.

A solução é trabalhar de forma diferente. Escrever de forma diferente para ler de forma diferente. Inspirados na preocupação do Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região quanto à saúde do usuário do novo sistema (conforme manifestado na reunião do Plenário de 4/11/09)[1], propomos que esse cuidado não seja tarefa exclusiva daqueles que desenham o novo processo eletrônico. É tarefa de cada um de nós, que vamos praticar atos processuais e escrever textos eletrônicos: petições, atos de secretaria, minutas, decisões.

Procurando as diretrizes para uma adequada produção textual no processo eletrônico, primeiro vamos contextualizar a escrita digital, mostrando de onde ela surgiu (*1. A era digital*; *2. Novas formas de escrita*; *3. Como escrever na web*). Depois, examinaremos como chegou até nós (*4. A revolução digital chega até nós*) e o texto judiciário (*5. O texto judiciário*), além de apresentar os motivos pelos quais a decisão eletrônica deve ser escrita de forma diferente de textos convencionais (*6. Por que escrever diferente a decisão eletrônica?*). Finalmente, concluiremos apresentando sugestões e lançando questões sobre como escrever a decisão eletrônica de forma a conseguir celeridade e eficiência na jurisdição (*7. Como escrever a decisão eletrônica?*).

Este texto é apenas o início de pesquisa mais ampla, que pretende identificar as novas exigências de produção textual na atividade judiciária dos tempos atuais e buscar instrumentos que facilitem, tornem eficiente e agilizem o trabalho do juiz e dos demais envolvidos no processo.

2 A ERA DIGITAL

A palavra é central em nossa civilização porque permite a linguagem e os processos comunicativos utilizados para expressar nosso presente, recuperar nosso passado e planejar nosso futuro. Ela praticamente funda a civilização, tanto que na Bíblia cristã está dito: *no princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus* (João 1:1).

Mas a palavra não foi sempre a mesma. A comunicação entre os homens evoluiu, passando por várias etapas: oral, escrita, impressa e agora digital (KATSH, 1989, p. 21-22). Inicialmente, a palavra era apenas oral. A escrita não existia. A informação tinha que ser armazenada na memória. As palavras perdiam-se facilmente e com elas se perdia também a experiência vivida[2]. Isso dificultava a fixação da experiência e a transmissão do conhecimento entre os homens e as gerações. A palavra oral precisava do hábito e do costume para transmitir conhecimento entre as gerações[3]. Os grupos humanos tendiam a se orientar pelo passado para preservar o grupo como seus antecessores tinham feito (Katsh, 1989, p. 24). Exemplos disso são os épicos de Homero na Grécia pré-literária e os discursos do Buda na Índia antiga, que eram memorizados e transmitidos oralmente, contendo ensinamentos e instruções para condução dos negócios humanos.

Posteriormente, com a invenção da escrita, a palavra passou a se perpetuar no tempo e podia ser transportada no espaço. A palavra não dependia mais apenas da voz e da memória humanas. Existia um meio material, fora do homem, em que experiências e pensamentos ficavam registrados e podiam ser lidas por outros homens em outros tempos. Melhorou a forma de armazenar a informação.

Mas a reprodução da informação (cópia) ainda constituía um problema porque era trabalhoso reproduzir artesanalmente cada livro e, ainda quando copiados, ocorriam muitos erros que alteravam as palavras originais. Existia ainda a dificuldade em mudar o que estava escrito. Havia poucos textos escritos, inicialmente gravados em pedra, argila, papiro. Depois manuscritos em papel. A palavra escrita era privilégio de poucos, surgindo uma casta de sacerdotes, copistas ou escribas encarregados de reproduzi-la, preservá-la, protegê-la[4]. Ainda que a civilização tenha ganhado com a escrita em relação à palavra exclusivamente oral, não dependendo mais apenas da memória, ainda persistiram as dificuldades para produção artesanal dos textos e para transmissão da palavra manuscrita[5].

Com a invenção da imprensa, a palavra (agora impressa) pôde ser difundida de forma rápida e em grande escala entre os homens. Com os tipos móveis de Gutenberg, as cópias de uma mesma edição tornaram-se uniformes e a informação podia ser comunicada com mais abrangência e velocidade do que na época dos manuscritos e copistas[6]. Essa fase durou vários séculos, durante os quais a imprensa surgiu, foi aperfeiçoada e chegou aos dias da nossa infância, quando ainda estávamos nos bancos escolares. Textos impressos eram corriqueiros e transmitiam o conhecimento: livros, jornais, revistas, máquinas de escrever, mimeógrafos, cópias xerográficas, editoras etc.

Agora, há alguns anos, assistimos ao início de uma nova época, em que a palavra é digitalizada e se difunde por meios informáticos e eletrônicos. A televisão, a internet, as redes e os computadores permitem armazenar, organizar, manipular e difundir a informação em tempo real em dimensões globais. A transmissão é rápida porque não depende dos meios físicos tradicionais de transporte. A produção é fácil porque depende apenas de um computador e da internet[7].

Inicialmente, falávamos de revolução digital ou era eletrônica, como se novos alicerces da civilização estivessem surgindo e o novo fosse substituir radicalmente o velho. Entretanto, passados já alguns anos do surgimento dos computadores e das redes de informática, percebemos que a revolução não foi tão violenta como se difundia, queria ou temia. Os computadores chegaram, as pessoas estão convivendo com eles, estão se adaptando. Estamos integrados, aprendendo e inventando novas formas de difundir a palavra. Ainda usamos lápis e papel para tomar anotações, embora o computador seja hoje parte indissociável de nossas vidas.

Ainda que não tenham sido radicalmente revolucionárias, estas mudanças afetaram o homem e suas relações sociais[8]. Afetaram também o Direito e continuarão afetando cada vez mais a forma como o pensamos, escrevemos, operamos. Nossa relação com a palavra está mudando e, consequentemente, mudará também nossa forma de pensar o Direito[9].

3 NOVAS FORMAS DE ESCRITA

Escrita e leitura estão mudando na época dos computadores[10]. A forma como a informação é veiculada afetou não apenas o formato da palavra (palavra eletrônica), mas também seus conteúdos e os padrões que orientavam nosso pensamento[11]. Os meios utilizados para leitura e escrita influenciam o que lemos e como escrevemos. Essas novas tecnologias não apenas fazem possível o ato de ler e de escrever, mas também determinam o que dizemos e lemos[12].

A mudança não foi radical nem absoluta, porque ainda utilizamos lápis e caneta, ainda compramos livros em papel, ainda fazemos anotações em blocos. Mas as alterações são significativas e graduais, porque estamos lendo e escrevendo de forma diferente[13]. Se ainda não estamos totalmente adaptados, ao menos sentimos necessidade de começar a escrever de forma diferente, encontrar novos caminhos para a palavra eletrônica e o que ela permite transmitir. É preciso acompanhar, adaptar-se. Aos poucos, novas palavras surgem, novos conceitos são empregados. Novas ferramentas mudam nossa relação com as palavras e com os textos[14].

Essa nova escrita é caracterizada pela aparente facilidade de sua produção. É fácil escrever, é fácil publicar, é fácil divulgar o que se escreveu. O mundo digital é abundante quanto às informações disponíveis. Nunca tanta informação esteve tão disponível para tantas pessoas. Alguns falam em economia da atenção[15], enfatizando que atualmente não é a informação o bem precioso, mas a atenção que podemos dispor para essa informação: *But information doesn't seem in short supply. Precisely the opposite. We're drowning in it. There is too much information around to make sense of it all. Everywhere we look, we find information overload* (LANHAM, 2006, p. 6).

Embora tenham servido como referência quando se projetava o futuro de um mundo digital, as sombrias previsões feitas no livro "*1984*", de George Orwell, não se confirmaram[16]. A informatização do mundo não criou *Big Brother* autoritário e centralizado, que controle e manipule toda a informação[17]. Ao contrário, o ciberespaço é democrático e acessível a muitos. Mas é caótico. Não há uma autoridade central e o ciberespaço resiste à qualquer tentativa de regulamentação. É um espaço mais de caos do que de ordem[18].

tentativa de uniformização ou controle. Os usuários da internet contam cada vez mais com instrumentos tecnológicos que permitem a qualquer um divulgar notícias e expressar ideias: *blogs*, celulares, *tweets*. O acesso à informação é cada vez mais facilitado e as possibilidades de produzir informação são abundantes. Qualquer um pode denunciar, reclamar, expressar, manifestar. Em suma, o cidadão tem força na era digital[20].

Realmente, uma transformação está acontecendo na forma como as pessoas se comunicam, afetando quem detém o poder. A informação não está mais nas mãos de poucos, que possam controlá-la e monopolizá-la. Cada um pode criar seu *blog* na internet e ali divulgar seus conteúdos e pensamentos. Todos podem ser escritores ou jornalistas. O recente *Twitter*, com seus limitados (mas expressivos) 140 caracteres, abre caminhos para uma nova forma de comunicação entre as pessoas: as mensagens curtas. Como dito por um de seus criadores, carregamos agora a imprensa em nossos bolsos[21]: um instrumento simples, como o celular, cria redes poderosas[22].

Ao lado da facilidade em ser produzida, outra característica da palavra digital é sua volatilidade. A palavra abandona o papel e não depende da impressão, que exigia tempo para ler o que se escreveu. Essa distância entre escrita e leitura permitia tempo para reflexão. As ideias somente eram divulgadas depois de processo que possibilitava amadurecimento do que fora escrito. Existia um tempo entre a escrita e a divulgação da escrita, seja pelo manuscrito, seja pelo texto impresso. Havia o tempo de escrever, o tempo de revisar, o tempo de publicar. Todos antecediam o tempo da leitura.

A informatização do mundo não criou Big Brother autoritário e centralizado, que controle e manipule toda a informação. Ao contrário, o ciberespaço é democrático e acessível a muitos. Mas é caótico.

Frente a esse espaço de caos, o erro de George Orwell foi acreditar que, em um mundo de informação eletrônica, esta pudesse ser monopolizada e controlada pelo estado[19], quando as experiências recentes têm demonstrado que esse ciberespaço não pode ser controlado e que os cidadãos estão se fortalecendo com o micropoder permitido pela comunicação instantânea e pelo acesso facilitado às redes sociais. Eles resistem à qualquer

Mas agora é como se a palavra se libertasse dos meios materiais do papel e da impressão, e retomasse aquela fluidez própria da oralidade. No meio digital, escrevemos com a mesma liberdade com que falamos. A palavra é volátil, surgem novos princípios e novas regras sobre produção de documentos eletrônicos e

sua apresentação a outras pessoas porque existem diferenças significativas entre a informação armazenada em papel e aquela eletronicamente produzida[23].

Surge um novo espaço de comunicação (ciberespaço), um lugar quase mágico, onde as leis físicas não restringem nem limitam os movimentos[24]. A informação eletrônica se movimenta segundo regras próprias e atendendo expectativas próprias, que não existiam na época impressa (KATSH, 1995, p. 26). Surgem novas formas de escrita, como *emails*, páginas da *web*, *blogs*, *tweets*, jornais *on-line*. Não é mais preciso esperar a tinta secar para ler o que foi escrito. Digitadas as palavras, basta clicar numa única tecla e o texto está publicado[25].

Essas duas características dos meios eletrônicos se refletem na escrita digital: será fácil escrever e vamos escrever como se estivéssemos falando. Será que isso é suficiente para assegurar que seremos lidos e compreendidos?

4 COMO ESCREVER NA *WEB*

Para que a comunicação seja eficiente, não basta que seja fácil escrever. Como acontecia em outros meios de comunicação (palavra oral, escrita ou impressa), é preciso que a palavra digital seja decodificada pelo leitor para alcançar seu objetivo (comunicar). Se a informação está numa linguagem que não se compreende ou se é apresentada de forma desnecessariamente ambígua, a informação não será encontrada ou não terá valor enquanto não for compreendida (KATSH, 1995, p. 52).

Pois bem, a facilidade de escrever digitalmente tem uma contrapartida: se todos podem ser escritores e se cada vez mais pessoas escrevem e publicam seus pensamentos, teremos muito conteúdo oferecido para leitura. A facilidade em escrever não é acompanhada pela facilidade em ler. Fica cada vez mais difícil ler tudo o que está à nossa disposição. Há uma abundância de informação que nos deixa perplexos: não sabemos por onde começar nem conseguimos dimensionar o que precisamos ler ou o que é suficiente ler para se manter informado. Como dito, *a riqueza da informação cria a pobreza da atenção* (SHAPIRO, 1999, p. 19)[26].

O segredo da nova escrita é escrever simples. Escrever para facilitar a leitura. Não há mais espaço para circunlóquios e rodeios no escrever. É preciso ir direto ao ponto.

Então, se é fácil escrever e se escrevermos como se estivéssemos falando, vamos produzir muito. Teremos material farto para leitura e vamos acabar nos perdendo nesse excesso de informação. Então, comecemos a ler de forma diferente, sendo mais seletivos. No lugar de ler com calma, vamos passar os olhos pelos textos, saltando de parágrafo em parágrafo, em busca de algo que pareça fazer sentido para satisfazer aquela necessidade específica de informação que estamos tentando suprir.

Estamos lendo diferente o que está escrito na tela do computador. Como falta tempo (existem muitas opções disponíveis) e sobra informação (é fácil escrever e publicar), a leitura é substituída pela navegação. Não lemos o que está escrito na tela. Não temos tempo nem paciência para isso. Apenas passamos os olhos em busca daquilo que nos interessa e, quando encontramos algum sinal de que aquele conteúdo poderá ser útil, exploramos um pouco melhor aquele trecho. Mesmo assim, sem garantia de que cada palavra será lida. Vamos procurar adivinhar o sentido do que está escrito, muito mais do que interpretar cada palavra que aparece na tela.

Então, quando vamos escrever conteúdos que serão lidos nas telas de computador, não basta apenas escrever como tradicionalmente se faria para a leitura em papel. O texto do papel nem sempre aceita ser confinado na tela do computador. Não é problema apenas do meio utilizado, mas também da época em que vivemos: precisamos de velocidade e queremos seletividade. Não queremos perder tempo. Temos de ir direto ao assunto[27].

O segredo da nova escrita é escrever simples. Escrever para facilitar a leitura. Não há mais espaço para circunlóquios e rodeios no escrever. É preciso ir direto ao ponto. A tela do computador não é um espaço muito grande, e cada polegada precisa ser usada com inteligência, pensando no leitor. Facilitando a vida do leitor. Chega-se a sugerir que não se faça o leitor pensar[28]. Do contrário, não seremos lidos.

Escrever é fácil, publicar é fácil. Mas uma coisa diferente é fazer sucesso, é ser efetivo, é ser interessante, é ser lido. Para conseguir isso, o texto que aparece na tela do computador precisa, acima de tudo, motivar para que seja lido. Precisa ser de fácil leitura, oferecendo recursos e atrativos que parem o leitor (usuário) diante daquele e dê atenção às suas palavras.

Essa parece ser a tarefa de quem escreve para ser lido na tela do computador: fazer o ato de ler o mais fácil possível de modo que os leitores deem atenção àquilo que está no texto[29].

Essas regras se aplicam aos conteúdos da *web*. Mas será que influenciam também o texto jurídico? Será que faz sentido pensar num tipo diferente de escrita para juízes e outros operadores do Direito?

5 A REVOLUÇÃO DIGITAL CHEGA ATÉ NÓS

Quem conviveu com o Direito nas últimas décadas, terá histórias para contar quanto às novidades surgidas em relação aos instrumentos utilizados para trabalhar com processos: máquina de escrever, *xerox*, *fax*, computador, processador de texto, *e-mail*, *web*, sistemas de informação processual.

Até agora, o processo tinha resistido. A movimentação processual estava disponível na *web*. O andamento dos processos podia ser consultado a distância. As decisões estavam disponibilizadas na internet. Mas o processo resistia. Continuava sendo de papel, na formatação tradicional: capa, folhas de ofício e grampos para unir as folhas e formar os autos. Os textos eram produzidos em computadores e processadores de textos. As fases processuais eram anotadas nos sistemas de informação processual. As decisões eram disponibilizadas na *web*. A assinatura tornou-se digital. Mas o meio físico ainda existia. Os autos continuavam sendo de papel. Suas páginas eram perfuradas, juntadas, carimbadas, numeradas. O papel ainda dominava.

Há alguns anos, os juizados especiais foram os primeiros a ensaiar a mudança, com a implantação do processo eletrônico, o *e-proc*. Muito se reclamou, muito se discutiu, muito se ousou. Mas hoje é uma realidade. Depois, veio a digitalização de peças processuais em recursos e a remessa eletrônica aos tribunais superiores. Todos atrás da novidade, curiosos para ver como funcionava.

Finalmente, em 2006, o art. 8º da Lei n. 11.419 dispôs que *os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas*.

Faltava apenas implantar a norma legal na prática judiciária. Isso começou a acontecer com a meta 10 de nivelamento do CNJ para o ano de 2009, que prevê *implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias*.

Em breve, o processo eletrônico será o padrão no Judiciário brasileiro. O papel será deixado gradualmente de lado. Os processos velhos serão digitalizados. Os processos novos serão totalmente eletrônicos. Não existirão mais autos de papel, para serem manuseados, folheados, lidos.

As mudanças serão enormes. Não afetarão apenas o meio (físico para digital) em que as informações do processo serão armazenadas, mas os próprios atos processuais que são praticados pelo juiz, pelos servidores, pelos advogados. Não existindo mais autos de papel, a tela do computador será nossa entrada exclusiva para o sistema judiciário. Nosso acesso aos autos se dará pela tela do computador e o que nela foi escrito será lido. Os autos serão digitais. Existirão no ciberespaço, fora do mundo físico das nossas sensações táteis.

Muito se tem falado disso nos últimos meses, principalmente porque a Justiça Federal pretende que todos os novos processos sejam eletrônicos a partir de 2010, em todas as varas federais do território nacional. Não são poucas as tarefas que cabem aos tribunais: (a) regulamentar o processo eletrônico; (b) escolher plataformas e desenvolver programas; (c) cadastrar usuários internos e externos; (d) cuidar da segurança das informações; (e) comprar novos equipamentos e atualizar os já existentes; (f) treinar juízes, funcionários, advogados; (g) dar condições para que o novo sistema funcione com efetividade e segurança; (h) digitalizar os processos antigos; (i) preparar-se para receber os novos.

A ideia que apresentamos nesse artigo é que os responsáveis pelo sucesso do processo eletrônico não serão apenas os outros. Também nós, enquanto usuários do sistema e produtores de textos jurídicos, temos função importante nessa revolução digital. Caberá a nós – produtores de textos jurídicos – mudar a cultura do papel e da palavra impressa, adaptando ao meio eletrônico e à palavra digital os textos que produzimos.

[...] será preciso criar novas formas de escrita jurídica que sejam apropriadas e adequadas ao meio digital. Será preciso escrever palavras que caibam na tela do computador e possam ser lidas com facilidade nos autos digitais, que não serão folheados como manuseávamos folhas de papel.

Não será possível continuar a escrever da velha forma no novo meio. Será preciso mais do que isso: será preciso criar novas formas de escrita jurídica que sejam apropriadas e adequadas ao meio digital. Será preciso escrever palavras que caibam na tela do computador e possam ser lidas com facilidade nos autos digitais, que não serão folheados como manuseávamos folhas de papel. É preciso inventar uma escrita para o meio digital, aprender a escrever para o leitor digital. Porque não bastará apenas implantar o processo eletrônico e digitalizar os papéis que já existem. Não adianta apenas jogar no ciberespaço o que já existe. É preciso aprender a caminhar nesse novo espaço e compreender o que ele contém. Será preciso reaprender a escrever e começar a escrever eletronicamente. Um novo paradigma de escrita deve surgir, com novas formas adaptadas às novas tecnologias.

6 O TEXTO JUDICIÁRIO

Antes de tratar desse novo texto, convém destacar o que é e quais as características do texto judiciário. Chamo texto judiciário àquele produzido por juízes e seus auxiliares para materializar atos processuais jurisdicionais, como despachos, decisões, sentenças, acórdãos. É texto técnico e não-literário, que pertence ao gênero texto jurídico. Sua peculiaridade é veicular atos processuais ou jurisdicionais praticados pelo juiz.

Do ponto de vista da produção textual, uma das características que diferencia esse texto judiciário dos demais gêneros de escrita é que ele deixa pouca escolha ao leitor. Quem é atingido pela decisão (partes) ou trabalha com ela (juízes, advogados, servidores) não tem escolha. Precisa ler o texto. É como se fosse leitura obrigatória da escola. Geralmente só lemos um livro quando ele nos agrada ou atrai. Temos liberdade de escolher o que vamos ler. Qual jornal? Qual revista? Qual livro? Qual artigo? Qual página da *web*? Qual *blog*? Mas os textos judiciários (decisões), como os textos jurídicos em geral (peças processuais, contratos, leis) não nos deixam escolha. Teremos que ler. O juiz tem que ler a petição inicial e a contestação dos advogados, ainda que mal escritas. O advogado tem que ler a petição da outra parte e a decisão do juiz, ainda que mal escritas. O servidor da secretaria tem que ler os comandos do juiz. Não temos escolha: o texto jurídico geralmente será lido pelos interessados, seja bem ou mal escrito.

Isso sempre nos deixou preguiçosos. Ao contrário de outros gêneros textuais, a decisão judicial será lida independentemente de ser interessante ou bem escrita. Ela se "vende" por si mesma. Não precisa atrair o leitor. Não precisa seduzir o leitor. Não precisa facilitar a vida do leitor. Bem ou mal escrita, será lida.

Recentemente, com a facilidade para produzir textos no computador e com a quantidade de processos tramitando em cada vara, as pessoas começaram a perceber algo que deve acompanhar o texto jurídico: a efetividade. Embora a decisão ou petição vá ser lida independentemente da vontade do leitor, se ela não for bem escrita ou se for necessariamente longa não será lida como deveria ser. Advogados e juízes apenas passarão os olhos pelo texto, procurando o que é relevante. Os atos processuais serão escritos, as peças serão juntadas aos autos, o processo seguirá. Outros textos serão produzidos, muitas vezes sem que os operadores daquele processo (juízes, servidores, advogados) saibam exatamente o que está sendo tratado ou decidido. "Depois as coisas serão resolvidas", pensa o advogado quando joga para o

juiz argumentos e pedidos numa petição mal estruturada. "Na liquidação as coisas serão resolvidas", pensa o juiz quando profere uma sentença ilíquida (e muitas vezes incerta). "Na execução o acórdão será interpretado", pensa o tribunal quando dá provimento ao recurso sem explicitar os comandos decisórios reformados. "Depois as coisas serão resolvidas", pensam todos na fase de cumprimento da coisa julgada. Mas então se dão conta de que não existe mais o depois, que esse é o momento final. Então vão tentar descobrir, enfim, o que foi decidido? Afinal, o que tem de ser cumprido?

Às vezes, será tarde demais para mudar. Às vezes, será tarde demais para recomeçar a discussão. E às vezes, pior, a discussão recomeçará pela interpretação do que foi decidido. A coisa julgada não julgou. A decisão não decidiu.

Então, será que não convém aproveitar esse momento de inauguração do processo eletrônico e rompimento de paradigmas para que os operadores do Direito façam um pacto quanto à produção textual?

Ora, isso não pode acontecer em textos judiciários. A decisão deve ter sentido único, ser unívoca, sem margem para outras interpretações. Se a lei, o contrato, a doutrina dão margem para distintas interpretações, isso é inerente ao direito e justamente por isso existe a jurisdição: para dizer qual é o direito daquele caso, para resolver definitivamente aquele conflito. Se a jurisdição não apresenta uma resposta única (coisa julgada), ela falhou.

Não se está aqui negando o valor do debate jurídico, da argumentação, da fundamentação das decisões. Isso é importante, reflete a dialética que caracteriza o processo judicial, construindo a coisa julgada a partir do que as partes pediram, discutiram, provaram. Mas é preciso que o processo conduza a momento derradeiro em que as coisas fiquem claras e a decisão seja unívoca. Transitada em julgado a decisão, um único comando possível deve emergir dos textos decisórios produzidos. As coisas devem ter sido ditas de forma clara e inequívoca pelo juiz, sem margem para ambiguidades nem espaço para novas controvérsias.

Portanto, independentemente do meio em que veiculado (papel ou eletrônico), o texto judiciário deve ser claro, preciso, simples, objetivo. Ainda que lida obrigatoriamente pelos destinatários (independentemente de sua forma ou elegância), a decisão judiciária não pode ser descuidada ou desleixada, pois se for bem construída, ela facilitará o trabalho de todos os operadores envolvidos, garantirá acesso à justiça e contribuirá para efetividade do sistema judiciário. Textos enxutos e concisos são essenciais à pacificação social, uma das funções da atividade jurisdicional.

7 POR QUE ESCREVER DE MODO DIFERENTE A DECISÃO ELETRÔNICA?

Seja como for, aprendemos a conviver com as deficiências do texto jurídico escrito no papel. Nem sempre as regras de estilo e elegância eram seguidas pelos operadores do Direito. O texto era fácil de ser produzido. Poucos planejavam (antes) e revisavam (depois). Poucos se preocupavam com a estrutura da argumentação. Muitos empregavam palavras inapropriadas, transmitidas e utilizadas sem questionar sua função e utilidade (juridiquês, expressões estrangeiras, latim). Quando o texto era ruim, o juiz se esforçava para encontrar o que era relevante. Quando o texto era longo, íamos direto ao pedido ou tentávamos compreender o que estava sendo dito. Enfim, sempre encontramos formas de sobreviver aos textos ruins.

No processo eletrônico, acontecerá o mesmo. Vamos nos acostumar. Sobreviveremos. Será fácil escrever, e vamos escrever muito. Mas será difícil ler, pelo menos para nossa geração. Há uma regra que diz que aquilo que é escrito sem esforço demanda esforço para ser lido. Se o texto não foi adequadamente produzido, ele vai exigir mais esforço do seu leitor.

Então, será que não convém aproveitar esse momento de inauguração do processo eletrônico e rompimento de paradigmas para que os operadores do Direito façam um pacto quanto à produção textual? Vamos construir novas convenções, adotar novas formas, fazer textos com nova estrutura.

Todos ganharão com isso. Aproveitaremos ao máximo as possibilidades do novo meio eletrônico. Construiremos um processo mais efetivo e célere. Evitaremos os riscos da escrita fácil, da volatilidade do meio digital e do excesso da informação. Pouparemos nosso tempo de leitura. E, principalmente, pouparemos nossa saúde, facilitando nosso acesso à tela do computador e reduzindo o tempo que gastamos lendo e interpretando o que está escrito ali.

Em suma, mantida a velha forma de escrever (computador como máquina de produzir textos fáceis de escrever, mas difíceis de ler), trabalharemos mais e produziremos menos.

Por que não poupar nossa saúde (dedos, mãos, braços, olhos, costas), escrever menos (textos mais concisos, menos digitação e menos páginas para visualizar) e pensar mais (planejar antes e revisar depois)?

8 COMO ESCREVER A DECISÃO ELETRÔNICA?

Um manual de escrita propõe que façamos economia em frases e palavras, já que não somos pagos pela quantidade de vocábulos que escrevemos (DAVIS, 2004, p. 43-44). Esse autor propõe comparar a leitura com o recebimento de dinheiro num envelope. Imagine que, na próxima segunda-feira, você receba um envelope que lhe remeti, com uma nota de US$ 10,00. Na terça e na quarta, recebe idêntico envelope. Na quinta, abrirá com prazer o envelope para receber seus US$ 10,00, que graciosamente estou lhe enviando. Quando chegar o último envelope, na sexta, você estará feliz comigo e com os US$ 50,00 que lhe enviei durante a semana. Entretanto, e se na segunda-feira inicial você tivesse recebido o envelope com apenas um dólar? E na terça-feira o envelope contivesse apenas 25 centavos e na quarta-feira apenas 75 centavos? E se você diariamente recebesse os envelopes com pequenas somas, durante várias semanas? Ora, esses envelopes ficariam cada vez menos interessantes e mais incômodos para você, ainda que, depois de alguns meses e muitos envelopes, você tivesse recebido os mesmos US$ 50,00 da primeira hipótese. Você não estaria contente comigo porque teria arduamente trabalhado para abrir diariamente tantos envelopes para receber tão pouco. Receber aqueles mesmos

US$ 50,00 teria sido mais inconveniente e trabalhoso na segunda hipótese do que na primeira. Faz-se então analogia com a leitura: ler uma palavra é como abrir um envelope. Requer um pequeno, mas mensurável esforço. Se cada envelope ou palavra contém algo valioso, continuamos com expectativa e interessados na leitura. Porém, se muitos envelopes ou palavras nada contêm de valioso, isso começa nos aborrecer e até pode fazer com que desistamos. Então quando usamos 100 palavras ao invés de 200 para comunicar as mesmas ideias, economizamos energia e teremos melhores chances de manter a atenção e a boa vontade de nosso leitor.

Isso valia para a escrita no papel e continuará valendo para o texto eletrônico. Como acontecia no papel, a característica principal do novo texto deve ser sua legibilidade: o texto deve ser escrito para ser lido com facilidade. Nossa diretriz deve ser escrever pensando na leitura. Isso facilitará o trabalho de quem vai ler o texto, inclusive de nós mesmos (que algumas vezes somos nossos próprios leitores, quando consultamos as decisões proferidas do processo para entender e decidir novas questões). Gastaremos mais tempo na escrita (feita uma única vez), mas economizaremos tempo na leitura (feitas várias vezes por várias pessoas, inclusive nós mesmos).

Como a datilografia foi substituída pela digitação, a leitura deverá ser substituída pela visualização. Não vamos mais manusear folhas de papel sobre as quais passamos os olhos para descobrir os significados do que foi escrito, e sim visualizar as palavras e frases na tela do computador, aprisionadas naquele mundo virtual cujo acesso é controlado pelo teclado e pelo *mouse*: *home, end, page up, page down, scroll, back*, botão direito e botão esquerdo substituirão as mãos que folheiam os autos.

Precisamos retirar o texto jurídico de seu lugar sagrado (aquele texto que será obrigatoriamente lido pelos operadores do processo), empenhando-nos todos em produzir um texto simples, humilde, que seja fácil de ser visualizado, lido e compreendido pelos outros e por nós mesmos.

O texto deve ser escrito pensando em quem irá visualizá-lo na tela do computador. Isso vale para juízes, auxiliares do juízo, servidores, advogados. Todos os que entrarão naquele espaço do processo digital devem ter esse compromisso: levar só o que for necessário. Economizar palavras e frases, ainda que elas sejam fáceis e pareçam abundantes. Essa aparência é falsa porque as palavras fáceis têm preço: custam instantes preciosos de nossa atenção e, empregadas sem moderação, poderão custar nossa saúde.

[...] numa leitura rápida, deve ser possível captar a estrutura do texto e saber do que tratará. É algo semelhante ao que fazemos com o assunto em e-mails, procurando situar o destinatário e guiar a leitura desde o início sobre o que será tratado.

Muito já está sendo discutido sobre acessibilidade e usabilidade em termos de textos produzidos para a internet. Nela, os textos não são "lidos", mas "navegados", dando exata dimensão de como somos obrigados a nos portar frente à abundância de informações e às possibilidades do mundo eletrônico[30]. Mas ainda estamos engatinhando em termos de escrita técnica para ser empregada em procedimentos judiciais formais, como é o caso do processo judicial eletrônico. Embora os operadores do processo estejam engajados em discutir as novas formas de processo eletrônico, pouco está sendo debatido quanto à adoção de uma nova forma de escrita própria à tela do computador. É importante que essa discussão seja travada e os usuários compreendam que as exigências da escrita e o estilo de cada um serão diferentes no meio eletrônico do que eram na época dos autos físicos de papel. Não teremos mais o texto em nossas mãos, passível de manuseio, de toque, de domínio físico sobre ele. O texto digital existe noutra dimensão, inacessível ao toque direto de nossas mãos. Precisamos do teclado e do *mouse* para alcançá-lo com nossos olhos. Ele se revela aos poucos, em pedaços do tamanho da tela do computador. Não é fácil ter noção do todo nesse texto que aparece aos poucos na tela do computador. Há muitos anos já trabalhamos com computadores, estamos adaptados às suas exigências. Mas agora a proposta é radical: vamos trabalhar exclusivamente com eles. Os processos não existirão mais enquanto autos e papel. Existirão apenas no mundo eletrônico e nosso acesso a essa nova dimensão se dará de uma forma limitada, por uma janela do tamanho da tela do nosso computador. O estilo de nossa escrita terá de ser diferente e adaptar-se àquela pequena janela.

Ainda que pareça pretensioso, é importante discutir propostas para a escrita das decisões judiciais nesse meio (exclusivamente) eletrônico do processo virtual. Apresentamos a seguir algumas propostas ainda passíveis de aprofundamento e discussão, para que sirvam como ponto de partida para tentar equilibrar as possibilidades da nova escrita com as necessidades específicas de sua leitura na tela do computador. Não são propostas acabadas, mas questões trazidas à reflexão para serem testadas na prática cotidiana em busca de texto mais legível.

(1) **Ao produzir textos, mantenha o foco no presente e no que está fazendo**. O lápis, a caneta e a máquina de escrever serviam apenas para produzir textos. Embora alguns se distraíssem olhando a caneta, ela tinha poucos atrativos além de permitir a escrita. Mas o computador é sedutor e cheio de possibilidades. Ele permite acesso ao mundo e a outras pessoas através da internet. Além da escrita, ele permite muitas outras atividades que disputam nossa atenção com o antigo ato de redigir. A qualquer momento a interrupção e a distração podem aparecer e nos desviar do texto que estamos produzindo. As informações são abundantes e precisamos controlar seu fluxo, filtrando a todo instante a quantidade de dados despejados sobre nós e à nossa disposição naquela mesma tela que usamos para escrever. No momento de escrever, será preciso alcançar um estado quase meditativo que nos mantenha afastado das distrações e permita que nosso corpo e nosso espírito trabalhem na tela e no teclado em busca da forma que melhor exprima nossos pensamentos e ideias. Nesse processo, é essencial concentrar-se, mantendo o foco no instante presente e naquele texto que estamos produzindo[31].

(2) Não apenas escreva, mas **planeje antes e revise depois**. O ato de escrever não envolve apenas olhar a tela do

computador enquanto seus dedos tocam o teclado. Um manual de leitura (DAVIS, 2004, p. 8-11) sugere que o tempo gasto na produção de um texto seja dividido em cinco etapas, como se fossem os minutos de um relógio. Gastaríamos de 2 a 3 minutos por hora na fase de preparação; 20 minutos planejando o texto (trabalhando na perspectiva do escritor); 5 minutos rascunhando o texto (escrevendo livremente); 5 minutos fazendo um intervalo (para depois voltar na perspectiva do leitor), 25 minutos revisando o texto (trabalhando na perspectiva do leitor), e 2 a 3 minutos avaliando o que foi feito. Ou seja, a redação propriamente dita ocupa um espaço pequeno na produção textual, sendo também importante o que vem antes (planejamento) e depois (revisão). Então não se esqueça de fazer isto: planejar antes e revisar depois.

Devemos deixar de lado os grandes parágrafos e longos conteúdos construídos apenas com palavras e frases, recorrendo também aos signos não verbais, que permitam capturar com uma passada de olhos a ideia posta naquele conteúdo.

(3) **Aprenda com a *web* e seus *designers***. O processo eletrônico será desenvolvido utilizando preferencialmente os sistemas e tecnologias da dita "rede mundial de computadores"[32]. Decisões e petições, enquanto atos processuais, aparecerão como páginas da *web*. Ora, os desenvolvedores dessas páginas já trabalham há muito tempo com essas noções de acessibilidade e usabilidade, que poderão ser aproveitadas e adaptadas para definir a forma e o estilo dos textos eletrônicos que produzimos para o novo processo. Aproveite esse conhecimento que já existe e adapte seus ensinamentos ao processo eletrônico.

(4) **Use escrita direta e estilo objetivo, poupe palavras e otimize recursos**. Isso dará trabalho porque é mais fácil escrever um texto difícil do que um texto simples. Blaise Pascal, em 1657, escreveu: *I have only made this* [letter] *longer, because I have not had the time to make it shorter* (BARTLETT, 2002, p. 279). Em 1857, Henry Thoreau confirmou: *Not that the story need be long, but it will take a long while to make it short* (Idem). A objetividade e a fluência exigem mais trabalho de quem escreve. Mas uma vez que nos disciplinamos como artífices do texto e nos mantemos conscientes da utilidade do texto enxuto, acostumamos-nos à nova forma de escrita econômica. Facilitamos o trabalho de nossos leitores e de nós mesmos. O tempo gasto trabalhando na escrita é economizado na leitura posterior. Como aquele texto é escrito numa única vez, mas poderá ser lido em diversas ocasiões, vale a pena o esforço na produção textual.

(5) **Cuide da estrutura geral e da ordem de exposição na apresentação de seus argumentos**. Antes de começar a redigir, elabore esquema com os argumentos e fatos relevantes, e decida a ordem em que serão apresentados e a função de cada um na construção do texto. Antes de redigir, pense na função que cada argumento desempenha na transmissão da ideia que o texto pretende.

(6) **Estruture os textos e faça distinção entre unidades maiores e menores** na estrutura textual (palavras, frases, parágrafos, seções, capítulos). **Faça essa estrutura ser clara e óbvia.** O texto deve ser organizado em níveis distintos, observando uma estrutura que mantenha ordenadas e aparentes suas divisões e subdivisões. Quanto maior o texto, mais níveis de escrita devem ser utilizados. Cada nível deve se relacionar à estrutura geral do texto, permitindo identificar as relações entre as partes e o todo[33]. Mas não é fácil ter ideia do todo do documento quando se trabalha no computador. Edição e revisão ficam limitadas pelo tamanho da tela. Embora seja preciso visualizar todo o documento, a tela não permite isso diretamente. Só é possível ver partes do documento de cada vez. Ainda que seja possível visualizar muitas páginas de uma só vez (recursos de *zoom*), isso inviabiliza identificar o conteúdo de cada página (que aparece em miniatura). Alguns sugerem que o texto seja impresso para ser revisado assim que elaborada a primeira versão[34]. Enquanto não treinarmos nossas mentes à tela do computador, devemos recorrer à estrutura do texto e à identificação de seus níveis para não perder a ideia do todo que caracteriza o texto e deve orientar sua revisão.

(7) **Recorra a sumários e tópicos frasais**. Localizados no início de cada texto ou parágrafo, esses recursos situam o leitor frente ao que será apresentado e permitem ter ideia do assunto tratado e da estrutura dos argumentos. Essas informações fornecidas ao leitor já no início da leitura daquele parágrafo ou texto permitem que seja mais fácil identificar o que encontrará a seguir[35]. Afinal, *as expectativas que ativamos com relação aos conceitos ou situações levantadas pelo texto são de tal forma poderosas que podem dirigir a leitura e guiar a interpretação* (LIBERATO, 2007, p. 40). Por isso, *a identificação do tópico de um texto é indispensável para sua compreensão. O tópico parece condicionar a interpretação de cada unidade do texto* (Idem, p. 55). Em suma, numa leitura rápida, deve ser possível captar a estrutura do texto e saber do que tratará[36]. É algo semelhante ao que fazemos com o assunto em *e-mails*, procurando situar o destinatário e guiar a leitura desde o início sobre o que será tratado[37].

(8) **Valorize títulos e subtítulos de cada seção**. Eles servirão para orientar o leitor no enfrentamento daquele conteúdo, permitindo conhecimento prévio (ainda que superficial) sobre o que será tratado[38]. Ainda que títulos e subtítulos sejam breves, eles devem dar uma ideia precisa e segura do que é tratado naquela seção do todo. É mantida assim a unidade do texto e também se fornece ao leitor algumas indicações importantes que irão orientar sua leitura e interpretação do que será lido na sequência. O título deve responder brevemente à questão "sobre o que é esse texto?" A atribuição de um título ao texto é uma forma de estabelecer seu tópico e permitir a identificação imediata desse tópico pelo leitor, o que será importante para facilitar a leitura e melhorar sua compreensão sobre o conteúdo lido. Entretanto, embora títulos sejam bom recurso de sinalização de tópicos, *se não representam adequadamente esses tópicos, não contribuem para a legibilidade do texto e podem mesmo dificultar a leitura* (LIBERATO, 2007, p. 64)[39]. Por isso, evite títulos metafóricos, vagos ou ambíguos. Lembre-se de que o texto jurídico não tem intenções literárias. É texto técnico, com objetivo de comunicar univocamente os conteúdos nele contidos. Logo, existe espaço apenas para títulos precisos e objeti-

vos, que respondam à pergunta *sobre o que trata esse texto ou seção do texto?* Dentro do possível, os títulos e subtítulos devem ser construídos observando o paralelismo, isto é, mantendo uniformidade em sua estrutura para facilmente serem lidos e identificados.

(9) **Use cada vez mais recursos não verbais, como imagens e gráficos**. O mundo jurídico gosta da palavra[40]. O texto jurídico é essencialmente verbal, envolvendo apenas palavras para ligar o leitor ao autor do texto[41]. Um livro jurídico tem poucas imagens e gráficos[42]. É um local árido, onde a palavra domina e tem hegemonia absoluta sobre outros signos comunicativos. Essa realidade começou a mudar com a internet e os computadores, mas ainda resistimos aos signos não verbais nos textos que produzimos[43]. Por exemplo, o editor GEDPRO, com que são produzidos os textos da Justiça Federal da 4ª Região, lida com muita dificuldade com tabelas e gráficos, e as notas de rodapé não são possíveis. Existe apenas a possibilidade de texto corrido, sem imagens, sem gráficos, sem tabelas, sem notas de rodapé. Para ele, texto é apenas a palavra, a frase, o parágrafo. Entretanto, nos novos contextos eletrônicos a palavra cada vez mais deixará de ser única e absoluta. Outros signos não verbais, como imagens e gráficos, deverão ser incorporados ao texto, tornando mais suave a leitura feita na tela do computador. Apenas as palavras contidas no texto não transmitirão eficientemente sua mensagem. Cada vez mais, vamos recorrer ao contexto (àquilo que acompanha as palavras de um texto) para decifrá-lo com eficiência na tela do computador. Devemos deixar de lado os grandes parágrafos e longos conteúdos construídos apenas com palavras e frases, recorrendo também aos signos não verbais, que permitam capturar com uma passada de olhos a ideia posta naquele conteúdo. O contexto não verbal auxiliará na identificação e compreensão do texto[44].

(10) **Use conectores para marcar as relações entre as sentenças, ligar segmentos do texto e orientar o leitor quanto à direção pretendida**. Esses marcadores explicitam as relações existentes entre as palavras e frases de cada sentença, auxiliando o leitor a identificar as ideias que o texto quer comunicar[45]. Não apenas unem termos de uma oração, mas também servem para assegurar a coesão do texto pela conexão que fazem entre períodos, parágrafos ou até mesmo blocos maiores do texto (ANTUNES, 2008, p. 141). Esses conectores, dentre os quais se destacam as conjunções, são como sinais ou marcas que orientam o leitor quanto à direção pretendida pelo autor do texto[46]. Conforme o tipo de conector utilizado, será transmitida ideia de causalidade, condicionalidade, temporalidade, finalidade, alternância, conformidade, complementação, delimitação ou restrição, adição, oposição, justificação ou explicação, conclusão, comparação, entre outras. Quanto mais usual e evidente for a conjunção empregada, mais fácil será a identificação pelo leitor da ideia que aquele segmento do texto traduz. O emprego de conjunções antigas ou pouco utilizadas na linguagem cotidiana retarda a compreensão do texto, obrigando o leitor a interpretá-las com mais atenção. Considerando que esses elementos de ligação são relevantes para identificação da mensagem que o texto quer passar sobre a relação representada, qualquer demora ou dificuldade na leitura da conjunção pode retardar a identificação da relação retratada com prejuízo à fluência da leitura. Portanto, utilize conjunções facilmente reconhecíveis, que serão eficientes na leitura. Experimente conjunções pouco empregadas em outros contextos que não o texto jurídico eletrônico. Neste, procure escrever simples, com objetividade, para ser facilmente compreendido. Os marcadores e conectores auxiliam muito nessa tarefa.

Então, embora as decisões devam ser técnicas e feitas para leitura em telas de computadores, isso não impede que os juízes continuem aprendendo com a experiência e com as outras pessoas sobre onde está a justiça e o que é importante para a vida.

(11) Enquanto não se sentir suficientemente seguro quanto à leitura na tela do computador, **imprima para revisar o rascunho final**. Essa sugestão pode parecer contraditória com os objetivos do processo eletrônico (substituir o texto impresso) ou politicamente incorreta por desrespeitar as propostas ecológicas de impressão restrita (*pense antes de imprimir* e *imprima somente o necessário*). Entretanto, enquanto não nos habituarmos ao processo exclusivamente eletrônico e enquanto não formos fluentes na leitura diretamente na tela do computador, devemos considerar a alternativa de imprimir o rascunho que elaboramos para que então a revisão seja feita no papel. O que se perde com essa ultrapassada impressão se ganha com a facilidade de revisão do texto impresso, como estávamos habituados desde os bancos escolares. Ainda somos uma geração que se alfabetizou com livros e cadernos, usando lápis e caneta. Vamos nos adaptar ao mundo exclusivamente digital, mas enquanto isso não ocorrer não vale a pena arriscar produzir textos confusos ou mal-estruturados por falta de revisão atenta. Por isso, enquanto não estivermos totalmente acostumados ao novo mundo da leitura na tela do computador, parece prudente fazer uma impressão econômica do rascunho para uma nostálgica revisão final antes de o texto se tornar definitivamente disponível para leitura na tela de um computador[47].

(12) **Faça uma pausa entre rascunho e revisão do texto**. Dê um tempo antes de revisar o que você acabou de escrever. Isso o ajudará a deixar de ser o escritor do texto (perspectiva de quem produz o texto) para transformar-se no seu leitor (perspectiva de quem vai ler o texto). Quando lemos o texto que acabamos de escrever, geralmente não vemos os defeitos desse nosso texto porque sabemos o que queremos dizer e achamos que foi dito o que queríamos ter dito (DAVIS, 2004, p. 39). A pausa entre a redação e a revisão do texto contribui para que deixemos de ser autores do texto e nos transformemos em seus leitores. Nosso eu se distancia do texto que acabou de produzir, tendo mais chances de retornar a ele como leitor (revisor) e não como autor (escritor)[48].

(13) **Varie, não use apenas uma técnica para revisão dos textos.** Além desse distanciamento entre rascunho e

revisão, convém buscar outros recursos de revisão textual além da leitura silenciosa do que foi escrito. Uma possibilidade é ler o texto em voz alta, pedir auxílio para outra pessoa, fazer anotações no texto, marcar os tópicos. Enfim, seja criativo para revisar e não confie apenas na leitura silenciosa do texto que você mesmo acabou de escrever[49].

(14) **Não se preocupe: você não ficará preguiçoso se produzir textos curtos e objetivos**. Um bom texto curto é mais difícil de produzir do que um texto longo. Embora pareça mais simples, um texto fluente não é alcançado de forma gratuita ou acidental. Exceto para poucos privilegiados, é preciso trabalhar duro para conseguir um texto legível. É mais trabalhoso produzir texto enxuto do que texto prolixo. Vale repetir a lição de Blaise Pascal, em 1657: *I have only made this* [letter] *longer, because I have not had the time to make it shorter* (BARTLETT, 2002, p. 279).

(15) **Viva a vida, leia histórias, escreva poemas, experimente coisas, aprenda com outros**. São esses os antídotos para que o texto técnico e a escrita simples e objetiva não deixem você vazio de conteúdos. Use com inteligência seu tempo profissional e então aproveite o tempo que economizar para viver, aprender, experimentar. Em todo esse artigo, foi dito que a escrita deveria ser objetiva e enxuta, ir direto ao cerne e buscar sentido único para as mensagens transmitidas pelo texto. É isso que se espera de um texto técnico como aquele produzido por juízes e seus auxiliares. A linguagem é uma ferramenta de trabalho e deve ser adaptada ao meio empregado e às nossas necessidades. É recurso tecnológico. Mas isso não impede que os produtores dos textos judiciários experimentem outras formas de linguagem e escrita, próprias da vida e da literatura. Afinal, o mundo não se resume ao Direito e aos textos jurídicos. Mas temos que ser realistas: temos cada vez mais escolhas, mais possibilidades, mais processos, mais tarefas. Isso nos deixa com cada vez menos tempo. A sociedade clama por celeridade, e a Constituição estabelece o direito fundamental do cidadão à duração razoável dos processos e à eficiência dos atos estatais. Os juízes e seus auxiliares[50] precisam se adaptar a isso, fazendo o possível para interpretar a lei, prestar a jurisdição e administrar a justiça em tempo razoável. Muitas vezes não poderão se dar ao luxo nem precisarão escrever um tratado jurídico para resolver uma questão litigiosa, a qual será resolvida e fundamentada da melhor forma que puderem e com os meios que tiverem disponíveis. Mas não poderão se dar ao luxo de gastar seu tempo e o tempo das partes para prestar jurisdição além do necessário naquele momento. Talvez exista o risco de nos tornamos frios ou higiênicos em nossas decisões, fundamentadas com linguagem técnica e enxuta, que as tornem áridas, embora facilmente legíveis[51]. Mas nossa proposta não é que o conteúdo da decisão seja vazio de justiça ou de sentimento, mas apenas que a forma da decisão seja enxuta e objetiva, acessível a todos e condizente com as exigências de duração razoável do processo e de eficiência do ato estatal (arts. 5º e 37 da Constituição Federal). Então, embora as decisões devam ser técnicas e feitas para leitura em telas de computadores, isso não impede que os juízes continuem aprendendo com a experiência e com as outras pessoas sobre onde está a justiça e o que é importante para a vida. Também não impede que esses valores continuem orientando as decisões judiciais, sejam materializados no papel ou visualizados na tela do computador. É importante viver, aprender, experimentar além dos textos jurídicos para que as decisões sejam justas e humanas no conteúdo, embora técnicas e econômicas na forma.

9 CONCLUSÃO

A era digital chegou ao Judiciário. O processo eletrônico mudará os paradigmas do processo e do Direito. A transformação em nossa forma de pensar será lenta e gradual, embora seus efeitos comecem a ser sentidos imediatamente após a adoção desse novo procedimento.

É necessário adotar nova forma de produção textual, condizente com o novo meio de escrita dos atos processuais. Independentemente de quem escreve – juiz, auxiliar do juízo, advogado –, é preciso escrever pensando em facilitar a leitura e a visualização do texto na tela do computador. Não basta simplesmente digitalizar o texto convencional, mas criar um novo estilo de escrita capaz de facilitar sua visualização na tela do computador. É preciso escrever pensando em economizar tempo do leitor.

Do contrário, seremos escravos do computador, trabalhando mais e produzindo menos. Se não adaptarmos imediatamente nosso texto ao novo meio, será difícil para nossa geração – aquela criada lendo livros impressos e acostumada à escrita no papel – conviver com o processo eletrônico no ciberespaço.

Se aproveitarmos esse momento e abandonarmos as velhas formas de escrita, nossa geração se beneficiará de uma ferramenta nova e promissora – o processo eletrônico –, que mudará nossa relação com o processo, com o Direito e com a jurisdição. Entretanto, quem fará a revolução tecnológica não serão os tribunais ou conselhos de justiça, mas cada um dos operadores do processo: juízes, servidores, advogados. Esse é o nosso verdadeiro poder, a chance de disciplinar nossa escrita para adequá-la ao texto técnico e às novas fronteiras do processo eletrônico.

Em suma, ao escrever as decisões e demais peças no processo eletrônico, devemos ser econômicos, facilitar a leitura, e mencionar apenas o necessário. Trabalhar a estrutura do texto, utilizando recursos que facilitem a compreensão do que foi decidido. A escrita adequada ao meio digital será um dos requisitos que integra aquele dever de urbanidade que deve nortear as relações entre todos os operários do processo, sejam juízes, advogados, servidores.

Já que ganhamos limões com a implantação rápida e obrigatória do processo eletrônico, façamos uma limonada que mate nossa sede de justiça e permita um trabalho eficiente.

NOTAS

1 Constou das notas taquigráficas daquela sessão do Plenário do TRF4 de 4/11/09 esta manifestação do Desembargador Vilson Darós: *Preocupamo-nos muito com relação ao processo eletrônico, e V. Exas. Sabem disso, porque há questões que envolvem doenças profissionais, enfim, alegadas, ou não, com relação à informatização no processo eletrônico. Então,* ***fizemos questão de enfatizar isso para a equipe que está desenvolvendo o programa no sentido de que tenham o cuidado de olhar também para o usuário, com o objetivo exatamente de evitar essas questões****. Para isso, contratamos um engenheiro – professor da Universidade do Canadá, radicado aqui no Brasil hoje -, especializado nessas questões, que está auxiliando a equipe para evitar ao máximo os movimentos muito*

repetitivos e que causam os problemas da informática do processo eletrônico. Essa preocupação tivemos, porque me parece muito importante, pois vamos usar – eu já estou às vésperas da aposentadoria –, mas V. Exas. vão trabalhar ainda por muito tempo (Notas taquigráficas do Plenário do TRF4 de 4/11/09). (Grifo nosso).

2 *Speech, since it depended on human memory, was an imperfect medium for storing, analyzing, and revising large amounts of data. In ancient societies, there was no process for modifying culturally important information because the process of analysis was too risky. It might result in the loss of this information. Preliterate societies expended such great energies on remembering what they believed needed to be known that they would not risk tampering with the information or the process for passing it on* (KATSH, 1989, p. 25).

3 *Societies dependent only on speech devoted enormous cultural energies to remembering past events and repeating and reciting stories about them as a means of instructing the young on how to behave and conform to societal ideals* (KATSH, 1989, p. 25).

4 *Writing made change possible but also unlikely. The skill needed to change important cultural documents was in the hands of the few, and important information was often etched in Stone, a substance that resisted easy change. In societies that had only writing, there were few basic documents and these were meant to last. Hammurabi's Code, the Ten Commandments, and the Roman Twelve Tables may reflect different time periods, cultures, and values, but all were written on stone. In each case, the medium communicated the same message – that change was not desirable.* […] *Such societies are resistant to change. Change can occur only by shattering the stone and substituting something new in its place, not by revising and amending it. When it occurs, change in such societies is total and complete, not partial. Revolution, not evolution, is characteristic of such societies* (KATSH, 1989, p. 28).

5 *When books and other documents were preserved by copying, and any substance other than stone was used, it was impossible to preserve an accurate record of the past. Copying books or documents inevitably led to errors. Making multiple copies meant that the final copy would be different from the original. The kind of distortion that today creeps in during the oral transmission of a rumor or gossip, so that what the last person hears may be the opposite of what the first person actually said, is similar to what happened to written material during the age of scribes* (KATSH, 1989, p. 29).

6 *Printing, unlike writing, allowed a society to build on the past with a confidence that each step was being made on a firm foundation. Printing generated confidence that new information was an improvement over the old* (KATSH, 1989, p. 34).

7 *The development of television and computers has further changed each of these qualities. The electronic quality of the new media permits the transmission of information at electronic speed and in a manner that is not dependent on modes of transportation. The computer can store incredible quantities of information. It can also reproduce and revise stored material more impressively than any of the traditional media. Reproducibility has become so easy that the copyright laws, designed to restrict copying, are virtually unenforceable. For the computer, the ease and speed with which old information can be modified or replaced is equally astonishing and influential* (KATSH, 1989, p. 22).

8 *To understand the probable impact of the new media, it is necessary not only to describe the unique qualities of the new media, but also to explore how the expectations of modern societies are different from attitudes toward change in earlier societies. Law is a force that both reflects and shapes the society it is a part of. The techniques that are now used by law to manage change are not the same techniques that were used before Gutenberg provided us with a system of movable type. These techniques changed as public expectations about the nature of progress changed, and the law used the new medium of print to fashion a system for managing change that was consistent with these new beliefs* (KATSH, 1989, p. 21).

9 A previsão feita em 1995 parece estar se confirmando atualmente, com as redes de computadores e a internet cada vez mais interligando as pessoas e se tornando indispensável para as relações humanas: *The rapid emergence of electronic technologies involves a series of changes in how information is transmitted, used, stored, and presented. Increasing numbers of legal professionals are already familiar with the use of computers for manipulating and processing information. Except for Westlaw and Lexis, however, fewer professionals rely on the communicative capabilities of computers, on data networks, and on other new methods of acquiring and transmitting information at distance. Computers are still purchased primarily to process numbers or work with words. Yet, computer use for communicating, for obtaining information, and for transmitting such information is growing. As this trend continues, and even accelerates, it is inevitably discovered that computer networks link people as well as machines. As will be explained later, this guides us toward a new understanding of the computer and to an understanding that the power of computers to send and receive is at least as impressive and important a capability as the power to manipulate and process text and numbers* (KATSH, 1995, p. 23).

10 *Four of the ways in which the electronic media differ from the traditional forms of communication are in the amount of information they can store, the speed with which they can transmit information, the ease with which information can be reproduced accurately, and the speed with which information can be revised or modified* (KATSH, 1989, p. 21).

11 *Electronic distribution affects formats as well as distribution patterns.* […] *In summary, the electronic environment not only changes the tools used for distribution but changes assumptions about material that is distributed and allows for new models in presenting information* (KATSH, 1995, pp. 44-45).

12 *Whether we embrace them or fear them, the Technologies that we use to compose, disseminate, and archive our words – the machinery that ranges from pencils to pixels, from clay tablets to optical disks – not only make reading and writing possible, they also have affected our reading and writing practices. The technologies of our literacy – what we write with and what we write on – help to determine what we write and what we can't write. But the technology works two ways: it channels what we do, but it also changes to meet the needs of writers and readers, who play a role in modifying the direction that writing technology takes* (BARON, 2009, p. 14).

13 *Print will not disappear, but at some point print will cease to dominate the legal landscape and the legal mind as it has for the past several centuries. Paper and print will continue to be present in our environment, but we will work more frequently with information in electronic, rather than print, form. More important, we will begin to attribute to the electronic medium the attention and status reserved for the culture's primary medium* (KATSH, 1995, p. 25).

14 As mudanças ocorrem ainda que, muitas vezes, sejam usados paradigmas do passado para criar o novo: *Particularly during the early phase of the development of some new techology, differences in how some task is conducted ar not necessarily easy to recognize and, as a result, the qualitative differences between the old and the new technologies tend to be neglected.* […] *More recently, we have labeled the devices that transform electrical impulses into words on paper as 'printers', and electronic databases as 'libraries'. The characterizations, representing obvious frames of reference from the print era, are understandable attemps to place modes of processing and interacting with information in a familiar framework and to make users feel comfortable with the new technologies. Although these characterizations or metaphors may seem to make sense today, they are patently inadequate* (KATSH, 1995, pp. 24-25).

15 *The age of information has brought with it a strange paradox. Just when we are drowning in stuff, we seem to be abolishing it. Stuff and what we think about stuff seem to be changing places. Never before have so many people bought so many physical objects, so many varied consumer goods, or expressed their personalities so fully through them.* […] *But all this stuff, in spite of much whining to the contrary, has no stifled the finer things of life. There have never been so many art galleries, so many symphony orchestras, so sophisticated a life for the senses and the sensitive. And never have the actual physical locations of the world been so venerated or visited* (LANHAM, 2006, p. 1).

16 *Orwell's fictional society is an appropriate starting point for an examination of the influence of the new technologies on the 'first freedom', freedom of expression. His vision has colored much of our thinking about technology and freedom during the past forty years and has heightened our society's concern over the misuse of technology and information. The images of 1984 are referred to frequently, resonate powerfully within us, and effectively evoke thoughts of past and present totalitarian regimes. The book has been valuable as a reminder of how deeply the effects of a new medium can be felt and of the fact that information is power and not simply data or knowledge* (KATSH, 1989, p. 113-114).

17 *Ao futuro ou ao passado, a um tempo em que o pensamento seja livre, em que os homens sejam diferentes uns dos outros, em que não vivam sós – a um tempo em que a verdade exista e em que o que for feito não possa ser desfeito: Da era da uniformidade, da era da solidão, da era do Grande Irmão, da era do duplipensamento – saudações!* (ORWELL, 2009, p. 39-40).

18 *An examination of the qualities of electronic communication suggests that the existence of a totalitarian state whose foundation is control over information is less probable in an era of widespread electronic communication than at any previous time. Rather than begin an ally of state power, the new media are more likely to be a force that will undermine state control and authority* (KATSH, 1989, p. 114).

19 *The most critical error Orwell made was to assume that information in electronic form could be controlled and monopolized by the state.* […] *contrary to what Orwell thought and contrary to much of what the public still believes, the new media are an imperfect tool for exercising power over the flow of information. Information in the future will frequently be out of control rather than in the control of any one individual or institution. Thus the new forms of communication ultimately will be more of a threat than an ally to political institutions that developed during the age of print and that relied on control of printed information to enhance their power. For any legal doctrine whose purpose is to restrict or regulate the movement of information, whatever difficulties of enforcement and execution now exist will grow even more serious* (KATSH, 1989, p. 115).

20 *O micropoder* [...] *fornece a oportunidade única para se resgatar a pureza das instituições democráticas, de forma que cada cidadão saiba que será escutado se quiser se fazer ouvir e tenha consciência de que tem seu valor. As pessoas têm hoje, graças às novas tecnologias, como nunca antes, possibilidade de se expressar, de buscar a verdade, a justiça, a solidariedade, de fazer parte da vizinhança, de relacionar-se com outros e criar redes. Neste novo momento, assistimos a uma substituição de paradigmas: do êxito individual sobrepujando a todos pelo êxito de cada um em colaboração com todos* (CREMADES, 2009, p. 12).

21 *We now carry that press in our pockets* (SAGOLLA, 2009, p. 4).

22 *Today, a transformation is happening. Short messaging services, and the rich media applications that magnify them, are augmenting society one layer at a time. Superfluous, outmoded forms of communication and consumption are rapidly being replaced with new models. This is happening so rapidly that the old guard barely has time to report on the fact of its own demise.* […] *Everyone is a writer now, each of us a photojournalist. Throw yourself into 140 characters, and emerge as that writer you have always wanted to be: clear, concise, expressive, and unique. Become a better writer because one day you will need it.* […] *We are heading toward a revolution, the effect of which will be to irrevocably change composition as we know it, to reshape it, to redefine words.* […] *We are using the tools of the most humble quality engineer to build the most powerful network ever created* (SAGOLLA, 2009, p. 3-5).

23 *The Working Group* [of The Sedona Conference] *recognized that there are significant differences between paper and electronic information in terms of structure, content and volume. Simply put, the way in which information is created, stored and managed in electronic environments is inherently different from the paper world. For example, the simple act of typing a letter on a computer involves multiple (and ever-changing) hidden steps, databases, tags, codes, loops, and algorithms that have no paper analogue. The interpretation and application of the discovery rules had not accommodated these differences consistently and predictably so that litigants could efficiently and cost-effectively meet discovery obligations* (The Sedona Conference, Principles, p. v).

24 As novas possibilidades de comunicação trazidas pelos computadores trazem consequências: *It involves, for example, a much more extensive and developed network. It involves understanding how persons far away can work on data in your possession, how you can work on data in their possession, and how you can work together on the same data at the same time.* […] *it also involves greater use of nontextual forms of expression, such as images, graphs, and charts. It involves new methods of relating to information, such as hypertext and hypermedia, and new ways of interacting with machines endowed with abilities to respond to the user in some way. It involves appreciating how the tools for working with and distributing electronic data are not simply more efficient and more powerful but are quite different from tools for working with words on paper. It may even involve acquiring a preference for seeing something on the screen rather on the printed page, something that at the moment seems improbable o most computers users. As all these changes in using information occur, new alliances and relationships between people are formed, many of which will touch the la* (KATSH, 1995, p. 27).

25 *One of the consequences of speeding up the distribution of information is that we tend to be more interested in the present and the future than in the past. New information is constantly replacing old information, and old information appears to be less and less relevant to the solution of modern problems. Because of their focus on the present, the new media tend to neglect the past.* […] *The concept of 'news' implies a continuous replacement of the 'olds'. Modern journalism assumes a continuous updating, modifying of information, and shifting of emphasis. The underlying message is one of impermanence, and old information becomes as disposable as old goods. We are familiar with new products that are designed to be disposable and to have a short existence. It is not often recognized that the same process of accelerated obsolence is in operation with information, ideas, and institutions* (KATSH, 1989, p. 40-41).

26 *Hoje em dia o problema não é o acesso à informação, mas a sua sobrecarga. O valor verdadeiro produzido por um fornecedor de informação reside em localizar, filtrar e comunicar o que é útil para o consumidor. Não é por acidente que os sites mais populares da* Web *pertencem às máquinas de busca, aqueles dispositivos que permitem às pessoas encontrar a informação que valorizam e evitar o resto* (SHAPIRO, 1999, p. 19).

27 Interessante que numa recente e atualizada edição de um tradicional manual de texto jurídico, os autores não encontram alternativa à organização, revisão e edição de textos em página impressa: *Although the law changes slowly, the technology used for legal writing has changed rapidly. In a relatively short time, law students and practicing lawyers have found themselves spending much of their professional time in front of a computer, whether reading or writing. Consequently, revising and editing of legal writing has become more difficult, especially if documents are sent directly from one computer to another without being printed. Although this Nutshell provides a simple and efficient writing method that will work on a computer screen,* ***there is no substitute for organizing, revising, and editing on a printed page*** *(*BAHRYCH, 2009, p. 6-7). (Grifo nosso).

28 Essa é a primeira lei da usabilidade proposta por Steve Krug, em seu *Don't make me think: A Common Sense Approach to Web Usability*: *I've been telling people for years that this is my first Law of usability. And the more Web pages I look, the more convinced I become. It's the overriding principle – the ultimate tie breaker when deciding whether something works or doesn't in a Web design. If you have room in your head for only one usability rule, make this the one. It means that as far as is humanly possible, when I look at a Web page it should be self-evident. Obvious. Self-explanatory. I should be able to 'get it' – what it is and how to use it – without expending any effort thinking about it* (KRUG, 2006, p. 10).

29 *That's our job as writers—making the act of reading as easy as possible, so that our readers can give all their attention to what we are saying. At the revising stage of our writing process, we need to make sure that our writing 'flows', moving the reader smoothly from one sentence to the next* (DAVIS, 2004, p. 34).

30 Por exemplo, *write for the web. Write in short, clear, straightforward sentences. Use bulleted lists. Put the main point at the beginning of a paragraph. Write links that start with keywords* (THEOFANOS, 2009).

31 Essa proposta se baseia na sugestão de praticar um método zen no fluxo das informações: *the danger of information overload is real. We've seen it with e-mail and more real-time methods of communication. The human mind is adapting quickly to sustain new levels of sensory input, but a learning gap has existed since the beginning of the Information Age. We all need the means to filter and to control the amount of information that bombard us. One effective method for existing in data-rich environments like short communication is to practice a zen-like state of flow. This practice is a mantra that keeps the author in the moment. Staying in the moment will allow you to realize that it is not necessary, or even possible, to read all of the terse content out there every day. Staying in the moment will help you as a consumer and especially as a producer of terse content. Realize that everyone's attention is limited, and you will naturally arrive in the present* (SAGOLLA, 2009, p. 1-2).

32 *Os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais,* ***utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores*** *e acesso por meio de redes internas e externas* (art. 8º da Lei n. 11.419/06). (Grifo nosso).

33 *All writing must be organized on several levels.* ***Even a one-sentence statute must have a structure,*** *that is, na order of parts that communicates a thought rather than a jumble of words, phrases, and clauses. The larger the unit of writing, the more levels on which the writing must be organized. Thus, sentences must be arranged within paragraphs. Paragraphs must be arranged in paragraph blocks to present larger units of thought. In extended writings, paragraph blocks and other individual paragraphs must then be arranged within sections and the sections presented in a rational order for the final whole. The organization at each level will reflect relationships between different parts of the whole* (BAHRYCH, 2009, p. 6).

34 *Keeping the whole of a document in mind while working on a computer is difficult. The process of drafting and revising on a computer screen is limited by the size of the screen. A printed copy should be used to ensure coherence in a document longer than a few paragraphs. Each paragraph should fit like a building block in a well-crafted house. Paragraphs, paragraph blocks, and sections must be viewed as a whole, not simply screen by screen. A useful time to print a document is after the first draft is finished. Each paragraph can then be checked against the outline of the whole. Principles for effective organization of paragraphs are discussed in the follow-*

ing sections of this chapter. Reorganization based on review of a print draft can easily be done on the computer (Although the law changes slowly, the technology used for legal writing has changed rapidly. In a relatively short time, law students and practicing lawyers have found themselves spending much of their professional time in front of a computer, whether reading or writing. Consequently, revising and editing of legal writing has become more difficult, especially if documents are sent directly from one computer to another without being printed. Although this Nutshell provides a simple and efficient writing method that will work on a computer screen, there is no substitute for organizing, revising, and editing on a printed page (BAHRYCH, 2009, p. 7).

35 Partindo do princípio que *a dificuldade de identificar o tópico de um texto compromete a sua legibilidade*, Liberato e Fulgêncio (2007, p. 56-64) apresentam sugestões para ajudar o leitor na identificação de tópicos: (a) dar um título ao tópico; (b) fazer a primeira sentença esclarecer o tópico do texto; (c) sinalizar corretamente os tópicos; (d) anunciar os subtópicos; (e) usar negrito e marcadores gráficos.

36 *Make it scannable. The reality of reading on the Internet is that people scan articles, get the main point, and only if those main points are worthy of their time do they read the full text – despite what long-winded ranting bloggers have to say about the issue. So write for that reality* (BABAUTA, 2009).

37 Quando escrevemos um *e-mail*, devemos valorizar as palavras que são postas no *subject* porque isso dará ao destinatário uma ideia geral do que trata aquele e-mail e evitará que a mensagem seja descartada para a lixeira ou deixe de ser lida: *To be a considerate and clear e-mailer, use subject lines effectively. You have certainly received a forward of a forwarded e-mail message that contains the original subject line-a subject line that now has nothing to do with the current message. The same is true of multiple replies to replies. The subject line, which busy readers use to sort and prioritize their messages, loses its value when senders don't bother to update it. Using a clear and accurate subject line allows readers to easily skim their inbox and read messages by priority of importance. The general counsel of a nonprofit organization told me that he once got an important e-mail message requiring his urgent attention. The subject line was "Rosie's birthday party." This resulted from the sender's use of an earlier, unrelated message as the vehicle to forward a new message. But because the general counsel received a large volume of e-mail, he put the "Rosie's birthday" message at the bottom of his list and didn't get to it for days. That's why effective e-mailers change and update the subject line-even if only a word or two: so the recipient gets a better sense of the current subject.* […] *By using the subject line to summarize the message and to give the reader a clue about the content and the purpose of the message, you set yourself apart from run-of-the-mill e-mailers* (SCHIESS, 2007, p. 24-25).

38 Algo semelhante acontece com blogs, onde a chamada do texto deve atrair a atenção do leitor para que prossiga, lendo o conteúdo postado: *Headlines matter. The most important few words of your posts are your headlines (or post titles). They need to catch the reader's attention and promise to solve a problem the reader has. If it doesn't do this you've wasted a headline* (BABAUTA, 2009). Algo semelhante deve ser pensado para nossos textos eletrônicos, não para atrair mas orientar o leitor.

39 *A má sinalização de tópicos e subtópicos pode levar à interpretação incorreta de uma passagem, ou então a um retardamento geral na velocidade da leitura, talvez com a necessidade de voltar atrás e reler algumas linhas – um processo que, dependendo do tipo de leitor, pode significar no final das contas a impossibilidade de compreender uma passagem. Mas, muitas vezes, há uma sinalização evidente: um título, por exemplo, mas um título que não é eficiente, uma vez que não ajuda o leitor a identificar prontamente o tópico do texto. São, em geral, títulos metafóricos, ambíguos ou vagos demais* [...]. *Nesses casos* [...], *a sinalização do tópico através do título simplesmente não funcionou* (LIBERATO, 2007, p. 60-62). Daí a conclusão de que *títulos são um bom recurso de sinalização de tópicos, mas se não representam adequadamente esses tópicos, não contribuem para a legibilidade do texto e podem mesmo dificultar a leitura* (LIBERATO, 2007, p. 64).

40 *Words, much more than images, thrived in the environment of print. Law has reflected this preference for the word over the image. It has created vast libraries of books, all of which contain text almost exclusively. The law has a strong attraction to the black-on-white color scheme, whether in clothing, in words on paper, or even in using a metaphor, such as 'black letter law', to capture the either-or character of rules* (KATSH, 1995, p. 139).

41 *In most books today, there are only words. Verbal skills are critical because there is nothing other than the selection and placement of the words to provide meaning. The words on the page are the sole link between author and reader* (KATSH, 1995, p. 144).

42 *If one looks at the literature of the law closely, it is apparent that the law is an institution in which images have less value than words. They may have some symbolic value but little functional value. The literature of the law is enormous and contain millions of pages of words that describe, prescribe, predict, persuade, characterize, explain, and represent. The vehicle of explanation, persuasion and representation, however, is virtually never nontextual* (KATSH, 1995, p. 141-142).

43 Ainda que um pouco desatualizado para os dias atuais, este texto escrito em 1995 dá conta de como os contextos jurídicos se mostram avessos à utilização de recursos não-verbais nos textos: *The personal computer* [...] *is not yet the powerful graphical force that it is destined to become. Indeed, the history of the personal computer, particularly in legal contexts, has been exclusively textual and this has blinded many to its graphical potential. The transition that we are experiencing, however, goes beyond the speedy movement and processing of words and numbers. It involves moving away from a culture that cultivated and emphasized text toward a culture that will not neglect words but that will be much more involved with and supportive of images and visual communication. It involves understanding that the electronic media are capable of mimicking printed text but that they are actually moving us in a direction that is not generally associated with print* (KATSH, 1995, p. 137-138).

44 O recurso aos signos não-verbais não será exclusividade da era digital. Antes da palavra impressa assegurar sua primazia nos livros e textos, imagens e desenhos eram parte do texto, como aparece neste interessante exemplo: *When Galileo, em 1610, wrote about observing the moons of Jupiter, he placed a sketch of the planet and its moons in between words, in the middle of a sentence, assuming that it was only natural to provide an image at that point. The image placed in between words was not something separate – an illustration or figure supporting the words – but was, like the words surrounding the image, simply part of the paragraph. In Edward Tufte's words, 'the stunning images, never seen before, were just another sentence element.' This was not something that future authors could expect to do* (KATSH, 1995, p. 142-143).

45 *One important way to improve the readability of your writing–to make it less of a chore for your reader–is by using what I call "turn signals," words or phrases that show the relationship of each sentence with a previous one. These words or phrases are like the turn signals on a car; the writer (like a driver) uses them to signal changes in direction. Such signals make it easier for the reader to follow the writer through a memo, letter, or report* (DAVIS, 2004, p. 35).

46 *Funcionam, então, como marcadores, que especificam, que sinalizam a relação semântica criada, o que é fundamental para que qualquer pessoa produza ou entenda um texto* (ANTUNES, 2008, p. 144).

47 Chama atenção que na mais recente edição, em 2009, um tradicional manual norte-americano de escrita reconhece a primazia da revisão feita na página impressa: *Although the law changes slowly, the technology used for legal writing has changed rapidly.* ***In a relatively short time, law students and practicing lawyers have found themselves spending much of their professional time in front of a computer, whether reading or writing. Consequently, revising and editing of legal writing has become more difficult, especially if documents are sent directly from one computer to another without being printed. Although this Nutshell provides a simple and efficient writing method that will work on a computer screen, there is no substitute for organizing, revising, and editing on a printed page*** (BAHRYCH, 2009, p. 6-7). (Grifo nosso).

48 Uma abordagem interessante das duas perspectivas exigidas para produzir um texto de qualidade, entre o eu-escritor e o eu-leitor, é encontrada no capítulo *Take a Break and Change Hats: get a fresh view of your writing*, num manual de escrita (Davis, 2004, pp. 29-33). No capítulo seguinte, esse manual apresenta exemplo de parágrafo mal-construído, que imediatamente identificamos como defeituoso. Após trabalhar a revisão desse parágrafo, identificar as relações entre os segmentos do texto e propor os conectores apropriados, aquele manual pede que voltemos ao parágrafo defeituoso para uma nova leitura. O texto é o mesmo, mas o compreendemos com mais facilidade porque agora sabemos o que o confuso parágrafo queria comunicar. Estamos familiarizados com o texto e, ainda que mal-construído, vamos compreendê-lo com mais facilidade apesar de seus defeitos. Pois bem, é assim que quem imediatamente revisa o texto que escreveu se sente: está familiarizado com o que acabou de dizer no texto, sabe o que queria dizer, e pensar ter dito o que queria dizer. Não vê os defeitos do próprio texto. A pausa entre rascunho e revisão nos afasta por alguns momentos do nosso texto e serve justamente para aumentar nossas chances de identificação e correção dos erros que nós próprios cometemos. Nas palavras do manual: *if you go back now and read the original paragraph, you may find that it looks better to you than you first thought. That's because you*

now know where it's going. You don't need as many turn signals. That's the position you're always in when you read your own drafts. Because you know where you're going, you may not feel a need for turn signals. But turn signals aren't for you. They're for the person following you (DAVIS, 2004, p. 39).

49 *Use more than one technique. Do you edit on the computer screen? That's fine, but it's not enough. Do some editing on a hard copy, too. We read and react differently to screen text and printed text. Do you read the text out loud? That's great too. You're using your ears, not just your eyes, to help you edit. Now go further and have a trusted colleague read it and suggest some edits. Opening yourself up to critique is hard, but it's a sure path to improvement. Do you read the document in reverse, from the last sentence to the first? Good. This technique tricks your mind so you're not familiar with the text. Familiarity leads to poor editing. But now read only the topic sentences. Now read the opening and closing paragraphs* (SCHIESS, 2008, p. 1).

50 Ainda que o juiz seja autoridade, ele tem esse dever de clareza para se fazer compreender e escrever uma decisão acessível. Esse dever integra a própria exigência de urbanidade em relação às partes e demais envolvidos no processo, porque um texto relaxado e confuso frustra as expectativas dos atingidos pela decisão e lhes nega justiça. Além disso, é oportuna a menção aos auxiliares do juízo, que não escapam dessa obrigação de produção de textos adequados (minutas). A quantidade de trabalho exige que o juiz cada vez mais recorra a seus auxiliares na elaboração de minutas e produção textual. É um fenômeno mundial e não é demérito à produção jurisdicional ou à autoria do trabalho intelectual jurisdicional recorrer ao auxílio de outras pessoas para escrever as decisões. Mas o juiz precisa dar o norte aos seus auxiliares, exigindo deles texto simples, enxuto, fácil de ler, comprometido com os princípios de eficiência e celeridade da prestação jurisdicional.

51 Esse perigo está bem retratado na Novafala proposta na obra 1984, de George Orwell, que seria uma linguagem desumanizada e destinada a atender as exigências ideológicas daqueles que detêm o poder, fazendo impossíveis pensamentos ideologicamente não desejados ou que pudessem subverter a ordem: *O objetivo da Novafala não era somente fornecer um meio de expressão compatível com a visão de mundo e os hábitos mentais dos adeptos do Socing, mas também inviabilizar todas as outras formas de pensamento. A ideia era que, uma vez definitivamente adotada a Novafala e esquecida a Velhafala, um pensamento herege – isto é, um pensamento que divergisse dos princípios do Socing – fosse literalmente impensável, ao menos na medida em que pensamentos dependem de palavras para ser formulados. O vocabulário da Novafala foi elaborado de modo a conferir expressão exata, e amiúde muito sutil, a todos os significados que um membro do Partido pudesse querer apropriadamente transmitir, ao mesmo tempo que excluía todos os demais significados e inclusive a possibilidade de a pessoa chegar a eles por meios indiretos. Para tanto, recorreu-se à criação de novos vocábulos e, sobretudo, à eliminação de vocábulos indesejáveis, bem como à subtração de significados heréticos e, até onde fosse possível, de todo e qualquer significado secundário que os vocábulos remanescentes porventura exibissem* (ORWELL, 2009, p. 348). É possível escrever a decisão de forma enxuta sem abrir mão da humanidade inerente ao ato de julgar. Não se quer que a decisão eletrônica seja escrita numa Novafala digital, apenas que os recursos disponíveis sejam empregados pelos juízes e seus auxiliares da melhor forma possível para que a jurisdição seja prestada de forma razoável e eficiente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras:* coesão e coerência. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BABAUTA, Leo. *15 Basics of insanely useful blogwriting*. Disponível em: http://writetodone.com/2009/10/15/15-basics-of-insanely-useful-blogwriting. Acesso em fev. 2010.

BAHRYCH, Lynn. *Legal writing in a nut shell*. 4. ed. Saint Paul: West Publishing, 2009.

BARON, Dennis. *A better pencil:* readers, writers, and the digital revolution. New York: Oxford University Press, 2009.

BARTLETT, John. *bartlett's familiar quotations.* 17. ed. New York: Little, Brown and Company, 2002.

BROOKS, Larry. *Why content is no longer king (and who's taking his place)*. Disponível em: http://www.copyblogger.com/context-is-king. Acesso em fev. 2010.

CREMADES, Javier. *Micropoder:* a força do cidadão na era digital. São Paulo: Senac, 2009.

DAVIS, Kenneth W. *Manage your writing*. Version 3.0. Indianapolis: Komei Inc, 2004.

GERMAIN, Claire M. *Legal information management in a global and digital age:* Revolution and Tradition (April 27, 2007). Cornell Legal Studies Research Paper No. 07-005. Disponível em: http://ssrn.com/abstract=983197. Acesso em fev. 2010.

KATSH, M. Ethan. *Law in a digital world*. New York: Oxford University Press, 1995.

_____. *The electronic media and the transformation of law*. New York: Oxford University Press, 1989.

LANHAM, Richard A. *The economics of attention:* style and substance in the age of information. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

LIBERATO, Yara e FULGÊNCIO, Lúcia. *É possível facilitar a leitura: um guia para escrever claro.* São Paulo: Contexto, 2007.

ORWELL, Georg. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAGOLLA, Dom. *140 characters:* a style guide for the short form. New Jersey: Wiley, 2009.

SCHIESS, Wayne. *Editing*. Austin Lawyer, No. 13, October 2008. Disponível em: http://ssrn.com/abstract=1322100. Acesso em fev. 2010.

SCHIESS, Wayne. *E-Mail like a lawyer*. Student Lawyer, p. 22, May 2007. Disponível em SSRN: http://ssrn.com/abstract=1341270. Acesso em fev. 2010.

SHAPIRO, Carl e VARIAN, Hal R. *A economia da informação:* como os princípios econômicos se aplicam à era da internet. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999, 13ª reimpressão, 397p.

THE SEDONA PRINCIPLES. *Best practices, recommendations & principles for addressing electronic document production.* 2nd ed. (The Sedona Conference Working Group Series, 2007). Disponível em: www.thesedonaconference.org. Acesso em fev. 2010.

THEOFANOS, Mary Frances, e REDISH, Janice (Ginny). *Guidelines for accessible and usable web sites:* observing users who work with screen readers. Disponível em: http://redish.net/content/papers/interactions.html. Acesso em fev. 2010.

WINN, Peter A. *Judicial information management in an electronic age:* old standards, new challenges (July 24, 2009). Federal Courts Law Review, Forthcoming. Disponível em: http://ssrn.com/abstract=1438674. Acesso em fev. 2010.

Artigo recebido em 11/2/2010.
Artigo aprovado em 8/3/2010.

Cândido Alfredo Silva Leal Júnior é juiz federal, em Porto Alegre-RS.